

Em Tese

“AS ALMAS DA NAÇÃO”: O ESPIRITISMO, A GERAÇÃO DE 1870 E AS “QUESTÕES SOCIAIS” NA PASSAGEM DO IMPÉRIO PARA A REPÚBLICA NO BRASIL

"THE SPIRITS OF THE NATION": SPIRITISM, THE GENERATION OF 1870 AND THE "SOCIAL ISSUES" IN THE TRANSITION FROM THE EMPIRE TO THE REPUBLIC IN BRAZIL

Paulo da Conceição

Doutorando em Sociologia

Universidade de Brasília, Departamento de Sociologia, Brasília, Brasil

Doutorando em História

Universidade de Lisboa, PIUDHist (Programa Interuniversitário de Doutoramento em História)

Lisboa, Portugal.

pacefern@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-2025-7746>

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo ●

RESUMO

O espiritismo é uma doutrina filosófico-religiosa que surge em 1857 na França, com a publicação do *Livro dos Espíritos* por "Allan Kardec", pseudônimo do pedagogo francês Hippolyte-Léon Denizard Rivail. O objetivo deste artigo é identificar como se deu o surgimento do movimento espírita no Brasil e qual sua relação com as mudanças políticas e culturais que o país enfrentou especialmente pós-1870, período conhecido como as "questões sociais" do século XIX: especificamente, o abolicionismo e o republicanismo. Trabalharemos a relação entre os espíritas e o movimento espírita com essas questões, assim como o contato de setores da nossa *intelligentsia* - envolvidos nas lutas por implementar essas mudanças - e o espiritismo, por meio do estudo dos textos, livros e artigos de autores espíritas e de estudiosas(os) do tema que abordam o momento histórico em questão. Argumentamos que esse contato foi importante para essas vanguardas devido ao movimento espírita ter fornecido não só suporte ideológico e doutrinário, mas também por ter sido o um lugar de encontro de intelectuais das mais variadas tendências - e mesmo partidos políticos - que buscavam as contribuições doutrinárias do espiritismo para as lutas a que se engajavam.

PALAVRAS-CHAVE: Espiritismo. Abolicionismo. Republicanismo. Vanguardas. Brasil.

ABSTRACT

Spiritism is a philosophical-religious doctrine that emerged in 1857 in France, with the publication of *The Spirits' Book* by "Allan Kardec", pseudonym of the French educator Hippolyte-Léon Denizard Rivail. The goal of this article is to identify how it was the emergence of the spiritist movement in Brazil and its relation with the political and cultural changes faced by the country especially after 1870, which became known as the "social questions" of the 19th century: specifically, abolitionism and republicanism. We focus on the relationship between spiritists and the spiritist movement in relation to these issues, as well as the contact of sectors of our *intelligentsia* - involved in the struggles to implement these changes - and the Spiritism. We draw on the analysis of texts, books and articles by spiritist authors and scholars of the subject who address this historical moment. We argue that this contact was important for these vanguards because the spiritist movement provided them with ideological and doctrinal support, and worked as a meeting space for several intellectuals of the most varied tendencies - and even political parties - who sought the doctrinal contributions of spiritism for the struggles they were engaged in.

KEYWORDS: Spiritism. Abolitionism. Republicanism. Vanguardas. Brazil.

1 INTRODUÇÃO

O tema deste artigo é o surgimento do movimento espírita no Brasil e sua relação com as mudanças políticas e culturais que o país enfrentou pós-1870, especialmente com o surgimento das “questões sociais” (VELOSO; MADEIRA, 1999) do século XIX: abolicionismo, republicanismo, o sufrágio, entre outros. Por meio do estudo de textos de espíritas e de autoras(es) que abordaram o período e o tema em questão, trabalharemos a relação entre os espíritas e o movimento espírita com essas questões, especificamente o abolicionismo e o republicanismo, assim como o contato de setores da nossa *intelligentsia* - envolvidos nas lutas por implementar essas mudanças - e o espiritismo. Acreditamos que esse contato foi importante para essas vanguardas devido o movimento espírita ter fornecido não só suporte ideológico e doutrinário, mas também por ter sido o um lugar de encontro de vários intelectuais das mais variadas tendências, e mesmo partidos: conservadores mais “progressistas” que buscavam conciliar o catolicismo com a crença nos espíritos, liberais mais “conservadores” que não queriam abrir mão de uma certa crença religiosa, todos eles se encontravam nos centros e reuniões espíritas e adotavam agendas em comum - baseados nas contribuições doutrinárias do espiritismo -, para as lutas e disputas ideológicas desse período às quais se engajavam. No caso do abolicionismo, esse era um tema não só dos espíritas brasileiros, mas do espiritismo mesmo, que via no movimento abolicionista a chance de fazer valer tanto a sua moral, como seu programa político, de uma sociedade com mais liberdade e tolerância: Allan Kardec em seus escritos e nas comunicações que recebia dos espíritos, condenou a escravidão por ser contrária ao cristianismo, e fez exegese de uma humanidade liberal, laica, secular, positiva e politicamente mais livre¹.

O Espiritismo² inaugura-se oficialmente com a publicação do *Livro dos Espíritos* em 1857, por “Allan Kardec”, pseudônimo do pedagogo e acadêmico francês Hyppolite-Léon

¹ Contudo, isso não o eximiu de defender e divulgar doutrinas racistas muito comuns à época e nos dias de hoje. Seu livro *O Céu e o Inferno* possui várias dessas referências, o que parece contraditório à primeira vista, no entanto foi bem comum durante todo o século XIX, por exemplo, a defesa da abolição sem a rejeição de pressupostos paternalistas e degradantes da África e do africanos como “selvagens” ou “crianças” que o Ocidente precisava tomar conta e ajudar a “evoluir”.

² O conceito de “espiritismo” adotado neste artigo refere-se ao “kardecismo”, ou seja, o movimento de matriz espiritualista nascido na França e “codificado” por Allan Kardec. Outras religiões (mediúnicas) brasileiras, como é o caso da umbanda, também reivindicam o adjetivo “espírita/espiritismo” em suas definições (“Espiritismo de Umbanda”), reivindicando essa que não é vista com bons olhos pelo movimento kardecista (institucional), que entende que espiritismo seria somente aquele baseado “no que Kardec escreveu”, como ouvimos várias vezes de kardecistas em outras pesquisas que fizemos sobre o mesmo tema. Contudo, por

Denizard Rival. Seu projeto é tentar formar um corpo doutrinário que harmonizasse as três correntes do pensamento humano: a religião, a filosofia e a ciência. É a proposta de uma doutrina “moderna”, a dizer, uma doutrina que vinha ao mundo em pleno desabrochar do período histórico marcado pelo desenvolvimento da racionalidade como critério de verdade e a ciência como forma de conhecimento privilegiada da realidade. O Espiritismo estava inevitavelmente inserido no seu tempo, todavia em vez de lutar contra esse tempo – ancorado em um dogmatismo específico – ele optou por estabelecer “estratégias de síntese” desde o seu surgimento, estratégias essas que buscavam tanto diferenciá-lo das diferentes doutrinas – religiosas ou não –, como também dar uma resposta às novas questões surgidas.

Nesse sentido, entender o espiritismo passa por entender os processos de mudanças ocorridos durante o século XIX e começo do século XX e como eles se constroem. Esses processos trouxeram consigo um conjunto de perguntas que a doutrina espírita tentou responder, e desafios que ela tentou superar, de modo que o espiritismo buscou se estruturar em cima das exigências que lhe foram feitas naquela época, como a questão da secularização da sociedade, a laicização das instituições, o fortalecimento do método científico, etc., assim como as mais variadas “questões sociais” das sociedades que se inseria, e que eram também fruto do tempo de mudanças que o mundo como um todo experimentava. Essa é uma característica transnacional do movimento, uma exigência do espiritismo para consigo mesmo: adequar-se à filosofia, à ciência do século XIX, e também suas sociedades, ao mesmo tempo que buscava fornecer uma nova visão do religioso ancorado em uma perspectiva de síntese de conhecimentos. No Brasil, essa tentativa de encaixe da doutrina se repete.

Mas antes de tratar especificamente desse encontro entre o espiritismo e o Brasil do século XIX, valem algumas palavras apresentando um histórico do espiritismo em sua relação com o movimento espírita brasileiro. Em seguida, vamos tratar diretamente das questões sociais, da geração de 1870 e sua relação com o espiritismo, os espíritas e o movimento nacional.

fins de simplificação e devido à inexistência dessas polêmicas no período histórico estudado (fins do século XIX), vamos adotar o termo “espiritismo” como equivalente a “kardecismo”.

2 O MOVIMENTO ESPÍRITA BRASILEIRO ATÉ 1910³

Três anos após a publicação do primeiro livro espírita, *O Livro dos Espíritos* (1857) por Allan Kardec, em 1860 surge a primeira obra sobre espiritismo publicada no Brasil: a tradução de *Les Temps Sont Arrivés*, pelo fundador e diretor do Colégio Francês no Rio de Janeiro, Casimir Lieutaud. Em 1862, ocorreu a primeira tradução de uma obra (brochura) de Kardec: *O Espiritismo em sua Mais Simples Expressão*, pelo professor Alexandre Canu. Antes de começarem a serem vertidas para a vernácula nacional, as obras de Kardec chegavam em francês no original, o que sinaliza quem eram seus leitores e simpatizantes: a elite instruída. Por essa época, o movimento ganhava força na Bahia por meio da militância de Teles de Menezes, funcionário público baiano que é considerado o “introdutor” do espiritismo no Brasil. Um pouco mais tarde, o movimento espírita brasileiro crescerá na capital política do Império e depois da República, o Rio de Janeiro. A Bahia ficou marcada como o berço da doutrina espírita no Brasil, e Teles de Menezes, como figura central nessa história. No entanto, é no Rio de Janeiro que a etapa de consolidação do espiritismo enquanto movimento nacional começa a se desenhar.

O ano de 1869 foi um ano difícil para o movimento espírita brasileiro, como será o ano de 1890, mas por razões diferentes: a primeira data devido a dissensões dentro do movimento; a segunda, por razões de perseguição religiosa. Em 1873, o grupo de Teles de Menezes na Bahia tentou dar uma feição nacional para o movimento e não tiveram sucesso. Um dos motivos desse fracasso foi que, em 1869, ocorreu o falecimento de Allan Kardec, que morreu de um aneurisma em 31 de março. Kardec foi substituído na presidência da “Sociedade Parisiense de Estudos Espíritas” por Pierre-Gaëtan Leymarie, que acabou cometendo alguns erros⁴ que terminaram por encetar uma nova perseguição ao espiritismo na França, o que rendeu um processo conhecido como “Processo dos Espíritas” contra Leymarie e outras figuras do movimento espírita francês (LEYMARIE, 1975). Esse acontecimento teve um impacto grande no movimento espírita não só na França, como no

³ Esta parte é um apanhado e um resumo de algumas das obras que têm servido de suporte para esta partida pesquisa: ABREU (2001), WANTUIL (1990 e 1994), PUGLIESE (2010), e DIONISI (2013).

⁴ A polêmica das “fotografias espíritas” foi o cerne desses erros cometidos por Leymarie. Resumidamente, a Associação Parisiense de Estudos Espíritas por meio do seu presidente, Pierre-Gaëtan, se vinculou a um fotógrafo que dizia conseguir tirar fotos de espíritos. No começo, tudo pareceria ir de acordo, e os espíritos apareceriam nas revelações, mas com o tempo se descobriu que parte da produção dessas fotos eram fraudes, manipulações criadas pelo fotógrafo em seu laboratório. Esse acontecimento serviu de base para o “Processo dos Espíritas”, e contribuiu para prejudicar a imagem do espiritismo dentro da Europa. Detalhes: LEYMARIE, *Op. Cit.*

mundo inteiro, pelo efeito desagregador que o processo causou, efeito esse duplicado pela perda da figura carismática de Allan Kardec, e o Brasil sentiu ambos, tanto a morte de Kardec como a crise de legitimidade da doutrina espírita encetada pelas perseguições pós-Processo dos Espírita. Por outro lado, em 1890, a realidade seria outra, e os problemas que o movimento espírita brasileiro enfrentou tiveram cores mais nacionais, como explicaremos a seguir.

A história do espiritismo no Rio de Janeiro (RJ) se confunde com a história da própria cidade e do momento político, social e cultural que ela vivia. Enquanto em 1873 o grupo de Teles de Menezes já tentava unir o movimento nacional com sua “Associação”, o RJ conhecia ainda o seu primeiro agrupamento espírita, pelo menos o primeiro com estatutos definidos: o “Grupo *Confucius*”, fundado em 2 de agosto de 1873. Os motivos para essa “demora” do RJ com relação ao espiritismo serão melhor explorados em pesquisa futura, porém fica o registro que podemos atribuí-los ao “efeito 1869” e à ressaca do pós-processo dos espíritas na França, que lançou uma confusão no movimento como um todo. Se o RJ demorou a se projetar nacionalmente com relação ao espiritismo, essa projeção quando começou a acontecer, aconteceu de forma rápida. Foi, por exemplo, no Rio de Janeiro que surgiu, em 1875, a primeira tradução integral de uma obra de Kardec: a tradução do *Livro dos Espíritos* feita pelo médico de Angra dos Reis, Joaquim Carlos Travassos. Além de ser o primeiro tradutor de Kardec, Joaquim Travassos também foi o responsável por apresentar o espiritismo ao também colega médico Adolfo Bezerra de Menezes, que é considerado - junto com Teles de Menezes⁵ - um dos grandes responsáveis pela introdução do espiritismo no país.

A partir da criação do Grupo *Confucius*, a história do espiritismo no Rio de Janeiro é a história das múltiplas tentativas de unificar o movimento, primeiramente no RJ, e posteriormente no Brasil, e das cisões, divisões e polêmicas que essas tentativas trouxeram consigo. Existiam à época dois grandes grupos ideológicos dentro do espiritismo nacional. De um lado, estavam os que acreditavam que o espiritismo devia manter apenas o foco nos estudos de matriz considerada “científica”, a dizer os estudos da fenomenologia espírita, como as mesas girantes, as aparições de espíritos, e mesmo as curas, etc. Esse seria o grupo dos “científicos”, liderado pelo jornalista italiano radicado no Brasil, Afonso Angeli

⁵ Naturalmente outros nomes e figuras se impõem. No entanto optamos por circunscrever os relatos às ações de Bezerra de Menezes, pelo papel ativo que teve com relação às polêmicas envolvendo as questões sociais do século XIX, especialmente o abolicionismo.

Torteroi⁶. Do outro lado, existia o grupo que acreditava no aspecto religioso do espiritismo e sua proposta de tentar colaborar na “reforma moral” da humanidade: esses receberam a alcunha de “místicos”, e foram liderados pelo médico e político do império, Adolfo Bezerra de Menezes. Filho de militar, médico, cearense natural de Riacho do Sangue, Bezerra de Menezes gozava de prestígio e projeção⁷ como político do Império⁸, tendo sido vereador (do Município Neutro, primeiramente em 1860, depois de 1873 a 1885) e deputado (pelo Partido Liberal, em 1866) além de ser figura conhecida nos círculos do abolicionismo e do republicanismo. Além disso, era articulista, e assinava artigos em periódicos como o *Jornal do Comércio* e *O Paiz*, ambos de ampla circulação.

Mesmo com a fundação da Federação Espírita Brasileira (FEB), em 15 de janeiro de 1884, as polêmicas não cessaram. Apesar de se dizer “brasileira”, a FEB não conseguia unanimidade nem mesmo no Rio de Janeiro, e vários grupos não aderiram ou se federaram. Essa unanimidade apenas começou a acontecer por conta de alguns eventos, tanto de natureza interna à própria organização do espiritismo, quanto externa. Falemos das internas. Em 1885, o grupo de Bezerra de Menezes resolve aderir à FEB, o que naturalmente fortaleceu a posição dos “místicos” perante o movimento espírita nacional, e ajudou a formar o desenho institucional e missão da Federação. Dessa maneira, trazer Bezerra de Menezes para a FEB foi essencial para que o movimento começasse a superar suas rixas internas, almejando a consolidação da união que tanto buscava por meio de uma

⁶ Figura pouco biografada e da qual pouco se sabe, no entanto foi muito importante para a história do espiritismo no Brasil, tendo sido inclusive responsável por organizar o I Congresso Espírita Brasileiro no Rio de Janeiro, em 1881. Mais detalhes: WANTUIL, 1990.

⁷ Desde 1850 Bezerra de Menezes gozava de prestígio no Rio de Janeiro não só pela sua ação política e jornalística, mas também pelas suas iniciativas de assistência social, onde atendia de graça em seu consultório a população mais pobre do Rio de Janeiro. Foi apelidado de “médico dos pobres”, e essas suas práticas renderam não só respeito e consideração, mas foram responsáveis também por contribuir para aproximar o espiritismo – que até então era uma religião das elites do país – da população geral: inúmeros dos seus clientes dos estratos de baixa renda ocorriam às reuniões e palestras que Bezerra de Menezes dava nos centros espíritas, para ouvir as palavras do seu benfeitor e médico. Com isso, a fama e as ações do “médico dos pobres” ajudaram o espiritismo a ganhar projeção e sair do círculo restrito das elites e se espalhar pelos os outros setores da sociedade carioca, e depois brasileira. Para mais detalhes: KLEIN FILHO, 2000.

⁸ Infelizmente por questões de espaço não pudemos colocar duas notícias da *Província de São Paulo* (antigo nome do periódico *O Estado de São Paulo*) que demonstram o prestígio e popularidade de Bezerra de Menezes. A primeira, de 10 de setembro de 1878, tratando de criticar alguns políticos eleitos para a Corte nesse ano, omite-se de atacar o nome de Bezerra de Menezes, também eleito, por ser “bastante conhecido”, diferente dos demais que eram desconhecidos e por isso eram criticados. A segunda notícia é de 12 de dezembro de 1879, onde na “Secção Avulsa” relata-se de uma “romaria” feita por populares até a casa do “Dr. Bezerra de Menezes, digno presidente da Illma. camara municipal” para lhe presentear com um retrato seu feito por um artista local. Em ambas notícias se comprova o que falamos antes, do prestígio e reconhecimento de Bezerra não só como político, mas também como figura pública, como o “médico dos pobres”. Para mais detalhes: “Acervo” em <http://acervo.estadao.com.br> (Acessado a 04 de novembro de 2017).

figura que, de certa forma, era uma “unanimidade” dentro do movimento, pela imagem que projetava e pelo prestígio que trazia consigo.

No entanto, apesar da vinda de Bezerra de Menezes pra FEB, as dissensões continuaram. Foi quando em 5 de fevereiro de 1889, o médium Frederico Pereira da Silva, em sessão na FEB, teria psicografado uma longa carta de um espírito que se identifica ao final como Allan Kardec. São as famosas “Instruções aos Espíritas Brasileiros”, que correram o Brasil e que de certa forma ajudaram a acalmar um tanto as contendas, por vir de uma fonte respeitada dentro do espiritismo brasileiro. Nessas “instruções” o espírito que dizia ser Allan Kardec conclamava os espíritas do país à união e à superação das diferenças, tendo como bandeira o “evangelho de Jesus”, o que claramente fortalecia a posição dos místicos e seus simpatizantes dentro do movimento. Não obstante sua importância, as “instruções” acalmaram sem resolver, e as polêmicas continuaram, naturalmente movidas pelo ceticismo de setores espíritas não contemplados pelas “instruções”. A solução só começou a se desenhar realmente quando um fator externo, todavia poderoso, se impôs às diferenças dentro do movimento espírita nacional.

Depois de anos em elaboração, em 1890 veio ao público o novo Código Penal (CP) brasileiro. Seria apenas mais uma iniciativa legislativa para os espíritas e o espiritismo no país, se não fosse pelo seu artigo 157, que tornou “crime punível com prisão celular, por um a seis meses e multa de 100\$000 a 500\$000” quem praticasse o espiritismo⁹. Apesar da carta republicana de 1891, por meio de seu artigo 72 postular que “todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto”¹⁰, a diretriz do Código manteve-se, com o agravante mesmo da presença da condenação ao exercício das religiões de matriz africana em outras partes da carta. Esse artigo foi recebido com muita polêmica e resistência, visto que o espiritismo já contava com adeptos ilustres e bem posicionados nas estruturas de poder do Brasil, como era o caso de Bezerra de Menezes. Devido a isso, o “pai” desse novo Código Penal, o criminalista Antonio Batista Pereira, teve

⁹ Art. 157. Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismãs e cartomancias para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar cura de molestias curáveis ou incuráveis, enfim, para fascinar e subjugar a credulidade pública. Fonte: “DECRETO N. 847 – DE 11 DE OUTUBRO DE 1890”. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>

¹⁰ “Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1891)” Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao91.htm.. Ao escrever esse trecho, nos lembramos do autor e ex-deputado do Império, Joaquim Manuel da Macedo e o seu *Memórias do Sobrinho de Meu Tio*, onde faz uma crítica da cultura política do país e do pouco caso e uso que se fazia da Constituição, a quem ele chamava de “defunta”. O livro é de 1867, a Constituição que ele se referia no livro era a de 1824, todavia a prática de transformar as leis do país em letra morta é costume que nasce juntamente com o nosso constitucionalismo.

que vir a público se explicar, e, em janeiro de 1891, assinou um artigo no Jornal do Comércio onde tentava definir melhor o que o CP entendia por “espiritismo”: segundo ele, o “espiritismo” referido no código seria o “baixo-espiritismo”. Apesar do termo “baixo” ter sido usado como forma de marginalizar com tom pejorativo as práticas religiosas mais “populares”, como a adivinhação e outras práticas congêneres, o estrago estava feito no movimento como um todo, e esse artigo foi utilizado para encetar uma perseguição religiosa contra o espiritismo no Brasil, tanto pela Igreja, como pelos grupos políticos contrários ao espiritismo e seus adeptos, que faziam parte de outros movimentos de vanguarda – como o abolicionismo e o republicanismo –, e por isso incomodavam não só pela opção religiosa, mas também pela política.

Contudo, essa perseguição – ao contrário do que houve na França, onde a ela teve o efeito único de desagregação – deu aos espíritas brasileiros duas opções: ou se dispersarem, ou se unirem no propósito de tentarem se diferenciar, afastando-se do “baixo” espiritismo e suas práticas. E foi o que fizeram: em vez de acabar com o espiritismo, o artigo 157 do CP de 1890 colaborou na união dos espíritas brasileiros, que até o momento eram na maioria membros das distintas elites tupiniquins, e não queriam ver seus nomes e suas crenças associados a qualquer prática ou “sortilégio”. Contra o “baixo”, os espíritas brasileiros cerraram fileiras ao redor do “alto” espiritismo: unido, federado, com seus estatutos e diretrizes definidas por cidadãos da “fina flor” da sociedade brasileira do período, no geral brancos, educados e bem posicionados na escala social.

Porém, nem tudo foi caso de polícia. Apesar do impulso dado pelo Código Penal, Bezerra de Menezes foi responsável por duas ações que finalmente consolidaram a FEB e os rumos do espiritismo no país. Em primeiro lugar, aceitou em 1895 - após muita insistência dos seus “confrades”, visto que tinha recusado em ocasiões anteriores -, a presidência da federação. Em segundo, e tendo se tornado presidente, Bezerra de Menezes, naturalmente se aproveitando da confusão causada pelo CP e do seu prestígio, estabeleceu a “Orientação pelo Evangelho” como divisa e bandeira do movimento espírita nacional, decretando assim a vitória dos místicos. Essa vitória e aceitação do lado religioso da doutrina foi determinante para os rumos do movimento não só no Brasil, mas para a transnacionalização do espiritismo brasileiro, que se tornou hegemônico no mundo todo (LEWGOY, 2011).

De qualquer maneira, a história do espiritismo, desde a Bahia até o Rio de Janeiro, é a história do encontro de vários fatores, com seus “altos” e “baixos”, de policiais, médicos, poetas e deputados educados, que liam em francês, mas também de homeopatas, videntes,

cartomantes, e mesmo charlatões e criminosos, que receitavam curas, ou tentavam trazer consolo e notícias para uma mãe que tinha o filho na Guerra do Paraguai. Em meio a tudo isso, um país que tentava se ajustar a um mundo que mudava.

3 O ESPIRITISMO BRASILEIRO, AS “QUESTÕES SOCIAIS” E A GERAÇÃO DE 1870

3.1 Abolicionismo e Republicanismo

O abolicionismo é uma das premissas do espiritismo, que tentava resgatar o cristianismo em sua pureza de princípios. Já na primeira obra espírita – *O Livro dos Espíritos*, de 1857 –, os espíritos, que supostamente estavam a responder as perguntas de Kardec, apresentam uma certa crítica da escravidão. No capítulo X desse livro, “Da Lei de Liberdade”, há uma parte intitulada “Escravidão”. Essa parte contém quatro perguntas que Kardec faz aos espíritos, e já na primeira o pedagogo lionês obtém a seguinte resposta:

829. Há homens naturalmente destinados a ser propriedade de outros homens?

— R: Toda sujeição absoluta de um homem a outro é contrária à lei de Deus. A escravidão é um abuso da força e desaparecerá com o progresso, como pouco a pouco desaparecerão todos os abusos.

Comentário de Kardec: A lei humana que estabelece a escravidão é uma lei contra a natureza, pois assemelha o homem ao bruto e o degrada moral e fisicamente. (KARDEC, 1998, p. 468).

Dessa forma, para a doutrina espírita dos inícios a escravidão seria inadmissível, um costume bárbaro que ia desaparecer quando a humanidade desse mais um passo na sua “evolução moral”. Por questões de fidelidade doutrinária, os espíritas brasileiros fizeram eco a essas premissas, e se posicionaram contra a escravidão, e parte de seus adeptos engajaram-se política ou teoricamente em prol da abolição. Bezerra de Menezes escreveu importante opúsculo à época que se tornou uma das principais obras do movimento abolicionista: “A Escravidão no Brasil e as Medidas que Convém Tomar Para Extingui-la Sem Dano para a Nação” (1869). Já no primeiro capítulo, o médico e político cearense condena a escravidão em seus aspectos moral, político, econômicos e religiosos, demonstrando como o espiritismo brasileiro tentava nesse momento – não de forma inédita, diga-se – conjugar princípios cristãos à crítica social e política dessa instituição:

Fundo, no seio da sociedade brasileira, tem penetrado as raízes malditas do cancro da escravidão. [...] essa lepra social tem resistido a todas as revoluções salutares que reconstruirá o mundo segundo a lei de Cristo, e segundo os princípios de 1789. Condenada pela religião santa da Cruz, que consagra o dogma inefável – da igualdade de todos os homens em Deus; Condenada pela civilização do século XIX, que firmou o grande princípio – da igualdade de todos os homens perante a lei; Condenada, finalmente, pela economia política, que demonstra como o braço livre produz mais e é mais eficaz e indústria do que o braço escravo: essa lamentável aberração do espírito humano ainda é condenada pela moral, cujas leis não se compadecem com os sentimentos depravados de uma raça embrutecida; e reclama em nome da família e da sociedade a sua reabilitação pela pureza dos costumes e pela prática do bem. (MENEZES, 1869, p. 5)

Nesta passagem, sintetiza-se não só a construção da crítica de um espírita contra a escravidão, mas também uma das estratégias principais do movimento como um todo, a dizer, de como ele se valeu de valores culturais e políticos do seu tempo para se inserir e fazer valer seus princípios e propostas doutrinárias: Cristo, religião, 1789, igualdade, economia, política, civilização, etc., há categorias para todos os gostos. Do conservador apegado à religião ao liberal saudoso da revolução francesa, a retórica de Menezes se caracteriza por ser abrangente, no seu projeto de buscar sensibilizar todos os setores da sociedade. O espiritismo desde seus inícios procurou fazer o mesmo. O *Livro dos Espíritos* é organizado e separado em temáticas tratando de temas e valores bem caros à “modernidade”: liberdade, igualdade, fraternidade, desigualdades sociais, religião, política, economia, moral, etc. As 1019 perguntas e respostas que compõem esse livro funcionam como um resumo das inquietações, polêmicas e preocupações que atingiam não só a sociedade europeia, mas a mundial, em tempos de mudanças. Dessa forma, misturando perguntas milenares como o “de onde viemos e para onde vamos”, ou “quem é Deus” há perguntas como “qual a melhor forma de distribuição de riquezas”, ou “por que a mulher é inferiorizada nas sociedades”. Novamente: reflexões, aforismos, e tentativas de explicações para todos os gostos e credos, estratégia que funcionou muito bem até o “Processo dos Espíritos”¹¹ na Europa, e continuou a funcionar em outros países após isso, especialmente no Brasil.

¹¹ Em linhas gerais: processo movido contra a “Sociedade Parisienses de Estudos Espíritas”, fundada por Kardec e núcleo do movimento institucional do movimento espírita até então, por conta de supostas fraudes perpetradas por um fotógrafo espírita que se dizia capaz de fotografar pessoas ao lado do espírito dos seus entes queridos já “desencarnados”. Esse processo é dito como o grande responsável por ter causado danos profundos na percepção cultural e na credibilidade do espiritismo na Europa.

Verdade que esse tipo de retórica não é nenhuma novidade, e Kardec - e posteriormente Bezerra - não estavam inventando nada novo, no entanto, e no momento histórico, social e político que a Europa e o Brasil estavam passando, ela foi muito efetiva. No caso brasileiro, Bezerra se valeu das lutas abolicionistas como um canal para tentar reformar a sociedade brasileira como um todo, se valendo dos princípios cristãos misturados aos novos valores sociais, econômicos e políticos que tentavam se impor. Seu sucesso está no alcance da obra e na popularidade que trouxe a Bezerra de Menezes, que por sua vez acabou por se refletir no movimento espírita nacional, que se beneficiava de tê-lo em suas fileiras, e também na causa abolicionista, também beneficiada por sua militância. Assim, os argumentos do ex-deputado do império serviram não só à causa da abolição, mas também à causa do espiritismo.

Bezerra de Menezes, como já explicado, é uma das figuras mais importantes para o movimento espírita brasileiro em suas origens. Contudo, e especialmente com relação à vinculação das lutas espíritas com o abolicionismo, temos a contribuição de outro político e autor importante do império. O poeta, literato, político e espírita Francisco Leite de Bittencourt Sampaio, ex-presidente da província do Espírito Santo, foi figura de destaque nos movimentos espírita e abolicionista. Contava com prestígio na época, tanto por seus discursos políticos contra a escravidão, como também pela sua produção poética. Suas obras literárias mereceram a atenção de Sílvio Romero, que em seu livro *Outros Estudos de Literatura Contemporânea* se lamenta de “Bittencourt Sampaio, o melhor lírico sertanegista e campesino do Brasil, não ter a fama que lhe compete” (ROMERO, 1906, p. 29). Apesar de não figurar nas principais obras sobre o período, essa apreciação de Bittencourt Sampaio por um dos maiores críticos literários e autores da história brasileira demonstra a visibilidade que o espírita sergipano contava não só no meio político, como também na *intelligentsia* da época. Não produziu obras abolicionistas, mas fez discursos e se posicionou enquanto político contra a escravidão (WANTUIL, 1990). No entanto, dado o papel institucional mais pronunciado de Bezerra de Menezes, em sua ligação com a FEB e sua consolidação, apesar da importância de Bittencourt sua ação tanto política como espírita acabou sendo ofuscada pela presença e ações de Bezerra: Menezes é de longe o espírita mais biografado no Brasil, tendo superado inclusive o próprio Kardec¹². Bittencourt, apesar do respeito em torno de sua figura e militância, não alcançou – como frisou o próprio Sílvio Romero – a mesma fama não só literária, mas também em meio aos espíritas. O

¹² Kardec possui duas biografias publicadas no Brasil: uma de Zeus Wantuil e Francisco Thiesen publicada pela FEB, uma pelo jornalista Marcel Souto Maior. As de Bezerra de Menezes são inúmeras,

motivo para isso talvez seja o caráter predominante do “espiritismo febiano” (da FEB) no movimento nacional, que logicamente por meio de suas publicações procura enaltecer as figuras mais importantes da sua história, como é o caso de Bezerra de Menezes. Bittencourt Sampaio ajudou na consolidação da Federação Espírita Brasileira, no entanto não da mesma forma e intensidade que o médico e político cearense.

No caso do republicanismo, a relação com o espiritismo e os espíritas mostra-se um tanto diferente. No caso da abolição nota-se que essa era uma questão de fundo doutrinário e religioso: a escravidão era contrária à moral espírita e cristã, tal qual preconizada no *Livro dos Espíritos*, e por isso devia acabar. No entanto, as lutas abolicionistas também serviram de veículo para o movimento nacional fazer propagandados seus princípios, tornando a questão da libertação dos(as) negros(as) uma questão não só política, mas também religiosa e moral. Dessa forma, os espíritas se posicionaram abertamente contrários a escravidão, como se viu pelo manifesto do próprio Bezerra de Menezes. No entanto, no caso do republicanismo a situação se complicava: como vimos, os espíritas mais importantes do movimento tinham cargos políticos ou eram funcionários públicos da monarquia. Como então atacar o regime, ou melhor, teriam os espíritas qualquer interesse na queda da monarquia?

É muito comum encontrar referências nos estudos sobre a história do espiritismo no Brasil a uma suposta ligação dos espíritas brasileiros com as origens do movimento republicano. Contudo, das pesquisas que temos feito não encontramos até o momento nenhuma referência de um engajamento mais “em bloco” do nascente espiritismo brasileiro movimento e nas polêmicas do pós-1870 quanto à república. O que temos é a esperada vinculação de alguns espíritas mais entusiásticos com a mudança de regime, geralmente atendendo a sentimentos mais “anti-clericais”, devido à associação entre a monarquia e a Igreja Católica¹³. No entanto, era muito comum na época o uso de pseudônimos: Castro Alves, Machado de Assis, e praticamente todos os autores e

¹³ Ubiratan Machado, que é um dos principais pesquisadores sobre esse tema, assim se coloca: “Entre os jovens propagandistas republicanos havia vários espíritas. Dos 58 signatários do *Manifesto Republicano* de 1870, dois, pelo menos, eram espíritas: Bittencourt Sampaio e Otaviano Hudson; um terceiro, Antônio da Silva Neto, se converteria pouco depois. Os tolerantes, o que equivalia a dizer simpatizantes, também eram muitos, como Quintino Bocaiúva, que aceitaria o espiritismo muitos anos após. O próprio Saldanha Marinho revelava simpatia pelos discípulos de Kardec. Aliás, o grande jornalista aflagava tudo o que se opunha ao clero. Daí ter aberto as colunas de *A República* para a divulgação do espiritismo”, (MACHADO, 1997. Pg. 113). Assim, o autor fala de “vários”, no entanto apresenta apenas três (dois na verdade) nomes de espíritas efetivamente e reconhecidamente ligados ao movimento espírita nacional que eram republicanos, o que é menos de 5% do total dos signatários do próprio *Manifesto*. Dessa forma, é difícil comprar a ideia de que o republicanismo foi uma bandeira do “movimento” em si: pode ter sido de alguns de seus membros, e talvez por isso a escassez de documentos da época tratando sobre essa relação entre os espíritas e a república.

articulistas do período tinham seus pseudônimos. Bezerra de Menezes escrevia como “Max” em *O Paiz*, por exemplo, para falar do espiritismo e fazer proselitismo de aspectos da doutrina. Pode ser que esse seja um fator que não nos permita enxergar aspectos de uma discussão cultural mais ampla alimentada pelos espíritas nos veículos de comunicação da época. Porém, essa é uma especulação. O que temos é que foi exposto, além disso não encontramos nenhum comunicado oficial ou posicionamento institucional da FEB defendendo a república e a mudança de regime¹⁴, tanto nos momentos imediatos como nos anos que se seguiram ao 15 de novembro de 1889.

E quanto aos princípios que embasavam a luta republicana? O sufrágio, a participação popular, a liberdade de expressão, a separação entre Estado e Igreja? A resposta não é fácil, e vamos nos referir novamente a Bezerra de Menezes. Na sessão da Câmara Legislativa de 1 de outubro de 1879, discursando sobre a questão da “Secularização dos Cemitérios e Liberdade Religiosa”, o autodeclarado católico Bezerra de Menezes se vê em uma polêmica com figuras bem conhecidas da nossa história política:

O SR. BEZERRA DE MENEZES - Perdão. Faço muita distinção entre católico e ultramontano. Sou católico porque nasci, criei-me e peço a Deus a graça de morrer no seio da Igreja Católica, e porque creio em tudo o que ela crê e mandacrer ; não sou, porém, ultramontano porque, em bem da própria Igreja e da glória da religião, se faço votos para que seu poder impere sobre todas as almas, não quero, não aceito o princípio de dominar ela sobre os Estados, sobre as sociedades civis. Pelo contrário, eu folgarei se vir realizado em nosso País o princípio único conciliador dos dois poderes, o princípio sustentado por Cavour - da Igreja livre no Estado livre. Já vêem os nobres deputados que não sou ultramontano, e que há diferença entre catolicismo e ultramontanismo.

O Sr. Pompeu - Este princípio está condenado pela cúria romana.

O Sr. Rui Barbosa - O nobre deputado mereceu a ex-comunhão por esse princípio que professa.

O SR. BEZERRA DE MENEZES - Pois bem; mas as minhas convicções são estas; e é por isso que nunca encontrei repugnância, nem dificuldade, em conciliar o dogma liberal com o dogma católico. Tiro de ambas as exagerações, e vivo perfeitamente no seio das duas doutrinas.

O Sr. Rui Barbosa - Mas perdoe-me o nobre deputado, não pode conciliar aquilo que o papa separa. O nobre deputado está fora do grêmio, não é católico. (Cruzam-se apartes.)

O SR. BEZERRA DE MENEZES - Lavre o nobre deputado sua sentença, que eu apelarei em tempo. (MENEZES, 1986, p.176).

¹⁴ Juntam-se também a esses fatores, os problemas de conservação e preservação de documentos, que se acentua no movimento espírita, devido à sua estrutura não hierárquica. Para mais detalhes: “O Passado Perdido do Espiritismo” disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/o-passado-perdido-do-espiritismo-24qi6n5wurtwfp4qvhgqatmxa/> (Acesso em: 05 jan. 2022).

Inicialmente o autodeclarado católico Bezerra se mostra um político típico do seu tempo: um liberal moderado, devoto de Deus e de Camillo Benso, conde de Cavour. No entanto, alguns momentos antes de tentar conciliar liberalismo com catolicismo, o médico cearense deixa claro qual a relação que deve existir entre religião e Estado:

Um Sr. Deputado - Para V. Exila religião é só um meio de governo. Isso é que é rebaixar a religião.

(Há outros apartes.)

O SR. BEZERRA DE MENEZES - Já que os nobres deputados tocam nessa questão, tratarei dela. Não é só como meio de governo que julgo a religião uma necessidade; mas como meio único de aperfeiçoamento moral do homem, como condição de vida e de felicidade, como sentimento inato e como verdade absoluta.

Se a encarei, somente, como meio de governo, é porque estou tratando uma questão governamental. E, pois, não a rebaixo. A massa popular, Sr. Presidente, se não tiver aquela contenção, única que penetra e exerce ação onde nada pondera, nem a autoridade, nem a lei, jamais concorrerá para essa harmonia de vontades sem a qual não há sociedade, sem a qual as sociedades marcharão por linhas curvas e quebradas. A religião é, pois, o meio único de que possa lançar mão a parte governante para dirigir as vontades da massa popular à unidade de objeto, ou de fim social. (MENEZES, 1986, p. 169).

Podemos dizer que, apesar das supostas intervenções posteriores do espírito de Emmanuel por meio da mediunidade de Chico Xavier¹⁵, onde defendeu a separação entre Estado e Igreja¹⁶, essa crença da necessidade de um “governo espiritual” conjugado ou se sobrepondo aos governos terrenos é um dos pilares da doutrina espírita. No entanto, e resumindo esse aspecto “político” presente na doutrina espírita desde Allan Kardec¹⁷, esse governo espiritual não seria sinônimo de um governo de uma religião institucional a influenciar nos rumos do Estado e sim de um governo moralmente informado por princípios e valores religiosos que deviam ser universais a todos e todas, no caso um cristianismo diluído e tolerante, desvinculado de qualquer seita. Contudo, e apesar de apresentarem uma visão mais suave das relações entre religião e Estado, essa relação existe e não pode deixar de existir, mesmo que seja por meio apenas de uma moral comum, moral essa

¹⁵ Francisco Cândido Xavier (1910-2002) foi o mais importante médium do espiritismo brasileiro, e um dos mais importantes da história do espiritismo como um todo. Natural de Pedro Leopoldo, Minas Gerais, escreveu mais de 450 livros em (co) autoria com os “espíritos” de nomes importantes da história política e cultural do Brasil, como Ruy Barbosa, Auta de Souza, Humberto de Campos, etc. Para mais detalhes sobre a vida de Chico Xavier e sua importância para o espiritismo: MAIOR, 2003.

¹⁶ “A política de ordem superior exige absoluta independência entre o Estado e as crenças do povo”. Mensagem 76: “Jesus e a Atualidade” em XAVIER (2016, p. 179).

¹⁷ Em seu *Livro dos Espíritos*, especificamente na “Parte Segunda: Do Mundo Espírita ou Mundo dos Espíritos” e na “Parte Terceira: Das Leis Morais”, Kardec vai apresentar essa “visão política” do espiritismo, que procura ampliar esse conceito para incorporar o mundo espiritual e os espíritos. Detalhe: KARDEC, 1998.

calcada em princípios religiosos, especialmente do cristianismo. Dessa forma, não há de se falar de separação entre Estado e Igreja nos moldes principiologicos do movimento republicano, porque ela não agradava os espíritas, para os quais Deus – especificamente Jesus Cristo – está sempre no comando, o que fere um princípio importante do republicanismo, onde Deus não faz parte da equação¹⁸.

Assim, não encontramos nos espíritas dessa época nenhuma referência a questões que envolvessem qualquer dos princípios republicanos, fosse qual fosse. O mais próximo que chegamos foi essa declaração “a meio caminho” de Bezerra de Menezes, onde defende Cavour e a santa Igreja ao mesmo tempo. Porém, esse era o caso de Bezerra de Menezes, que, apesar de sua importância, é um indivíduo entre muitos. Não podemos dizer com certeza se todos concordavam com ele. O certo é que na falta de documentos e maiores informações, ficamos com a lógica: não era do interesse desses políticos e funcionários públicos verem ruir da noite para o dia a instituição que era responsável por nada mais nada menos que seus salários e sua sobrevivência material, assim acreditamos que a vinculação dos espíritas com o republicanismo, se ocorreu, foi posterior ou velada. Até o momento não encontramos dado algum que demonstre que o republicanismo fez parte da agenda do movimento espírita, nem mesmo que os espíritas tenham se valido da sua doutrina para defender o advento da república no Brasil.

Apesar disso tudo, podemos arriscar algumas interpretações e dizer que o republicanismo, pelo menos em um primeiro momento, se mostrava interessante para o movimento espírita, por aparentar ser um regime mais tolerante. No entanto, e como a história mostrou, essa esperança da república como regime político que poria fim às perseguições que o espiritismo sofria foi frustrada já em sua primeira hora, como vimos com o código penal de 1890, promulgado um ano apenas após a república. Além disso, durante o século XX, especialmente durante as décadas de 20 e 40, o movimento espírita nacional sofreu perseguição pelo Estado, com centros espíritas e a própria FEB sendo fechados pelas forças policiais (GIUMBELLI, 2003). No entanto, em seus começos o republicanismo poderia ser uma aposta, visto as perseguições religiosas e políticas que o espiritismo e os

¹⁸ Logicamente havia vertentes republicanas dispostas a contrabalancear essa relação, no entanto, nos atemos à corrente mais comum e mais “radical” que separava Estado e Igreja. Já os espíritas acreditam que a terra tem um governo espiritual com uma estrutura política peculiar. Cada país tem seu “dirigente”, e no caso do Brasil é a personagem bíblica Ismael. Jesus é o “governador espiritual” do planeta inteiro, e todos os outros profetas estariam abaixo dele nessa estrutura política. Dessa forma, os Estados terrenos não conseguiriam se desvincular desse governo espiritual e da tutela de Jesus, o que invalida toda e qualquer tentativa de “separar” os planos. Detalhes sobre o governo espiritual: XAVIER (1979).

próprios espíritas sofreram durante a monarquia: Bezerra de Menezes mesmo era desafeto de Haddock Lobo – que tentou impugnar sua eleição como Vereador pelo “município neutro” em 1860 - e do próprio Zacarias de Góis, talvez um dos políticos mais estimados por D. Pedro II (HOLANDA, 2014), que não sabemos se interessou-se pelo espiritismo ou não. Os adversários políticos dos espíritas do período, como era de se esperar, usavam a vinculação à doutrina espírita como ferramenta para tentar jogar seus nomes na lama – apesar desses espíritas se autodeclararem ainda “católicos”¹⁹, como foi o caso de Menezes – e essa perseguição não conhecia partidos: Lobo era do Partido Conservador; Góis, do mesmo partido de Bezerra, o Liberal. Assim, a monarquia não lhes tinha sido favorável, e por isso talvez apoiassem veladamente as lutas republicanas na esperança de que alguma coisa mudasse, o que não aconteceu, muito pelo contrário.

3.2 Os Intelectuais e o Espiritismo²⁰

Por fim, além das questões sociais que o espiritismo se envolveu, talvez a influência mais forte que ele exerceu foi sobre a nossa *intelligentsia*, ajudando a constituir o imaginário nacional que se manteria dali em diante. Muitos membros dessa *intelligentsia* se vincularam ou pelo menos algo falaram do espiritismo. A título ilustrativo, vamos citar alguns deles, e fazemos isso por lembrar do papel que os intelectuais do século XIX e começo dos XX tiveram na formação de nossa identidade nacional. Mostrar a relação deles e de suas obras com o espiritismo é também mostrar um pouco mais do peso que essa doutrina teve em um período importante de transformação do nosso país, ao influenciar os principais atores dessa mudança.

A primeira influência do espiritismo sobre nosso campo artístico foi sobre os últimos românticos. Castro Alves, um leitor voraz de Victor Hugo – autor muito lido no Brasil e que

¹⁹ Ser espírita e católico era algo possível, embasado pela própria doutrina espírita e por Kardec: “O Espiritismo não é obra de um homem. Ninguém pode inculcar-se como seu criador, pois tão antigo é ele quanto a criação. **Encontramo-lo por toda parte, em todas as religiões, principalmente na religião Católica** e aí com mais autoridade do que em todas as outras, porquanto nela se nos depara o princípio de tudo que há nele: os Espíritos em todos os graus de elevação, suas relações ocultas e ostensivas com os homens, os anjos guardiães, a reencarnação, a emancipação da alma durante a vida, a dupla vista, todos os gêneros de manifestações, as aparições e até as aparições tangíveis”. (KARDEC, 1998, p. 485) [grifos nossos].

²⁰ Esta parte é um apanhado de algumas das obras que serviram de referência na produção deste artigo, entre elas MACHADO (1996), ANJOS (1994) e CARNEIRO (1993), DIONISI (2013) e HESS (1991).

inclusive teve experiências com as “mesas girantes” e obteve comunicações que influenciaram toda a sua obra pós-exílio –, foi um dos primeiros a tomar contato com o espiritismo, em 1867. Muito se especula a respeito de como foi esse relacionamento. Mas de certo realmente é que foi marcado por um começo entusiástico e um arrefecimento na mesma intensidade. Em fevereiro de 1868, o poeta esteve em Salvador e lá ficou durante três meses, para assistir a estreia de seu drama Gonzaga. Já influenciado pelo Hugo pós-Jersey, ficou sabendo da polêmica do “Grupo Baiano” de Teles de Menezes. Em finais de 1868, gravemente enfermo, ele retorna a Salvador, e novamente atira-se ao espiritismo, esperando uma cura milagrosa. Essa cura não acontece, e acrescido de uma forte decepção amorosa, o poeta se torna amargo e descrente. Escreve estrofes reclamando de Deus e da criação, e seu ânimo com o espiritismo se arrefece bem ao gosto de um romântico: da mesma maneira com que se atirou a ele. No auge da sua empolgação, em carta a Augusto de Guimarães, chegou a pedir que procurasse a fictícia obra de Kardec que ele acreditava existir, *Poética do Espiritismo*. Deixando a doutrina, Castro Alves fechar-se-ia em um certo pessimismo que o acompanharia até a morte.

Outro beletrista que teve uma história praticamente idêntica à de Castro Alves foi José Alencar. Porém, o que levou esse poeta a se aproximar do espiritismo não foi uma busca apaixonada, animada pelos versos hugoanos. Por volta de 1870, a coqueluche relacionada ao espiritismo eram as então chamadas “fotos espíritas”. Lembramos delas, pois foram elas que proporcionaram o famoso episódio do “Processo dos Espíritas” que aludimos anteriormente. Foi justamente esse processo, que lançou uma grande porção de lama sobre a integridade da doutrina, que abalou as convicções de José de Alencar. Ele também tinha se maravilhado com tais fotos, mas tão logo as notícias do processo chegaram às nossas terras, ele se decepcionou e começou a ver nos espíritas uma agremiação de charlatães e aproveitadores, abandonando assim um aprofundamento maior no espiritismo.

A entidade mais curiosa em sua relação com o espiritismo é uma das mais ilustres de toda nossa literatura: ninguém menos que Machado de Assis. Desde sua mocidade, desde a época que frequentava o círculo do *Courier du Brésil*, Machado se mostrou um ferrenho opositor do espiritismo. Contos e mais contos destilavam desde a mais fina ironia até combate aberto e franco. O seu envolvimento com o espiritismo foi tamanho que pode-se tentar uma separação da produção machadiana de acordo com o momento que ele vivia com o espiritismo. Em suas obras, como o conto *Uma Visita de Alcibíades* (1876), existem referências explícitas a Allan Kardec e o espiritismo. Em um primeiro momento, Machado

combateu a doutrina com sua ironia e elegância. O que o levava a esse embate? Provavelmente Machado tentava se engajar na cruzada contra o discriminado “baixo-espiritismo” e suas “crendices” que diminuiriam o “status civilizacional” do país perante o resto do mundo, mas só podemos especular. O que temos de certo é que nos seus principais romances surge a influência espírita. Em *Quincas Borba* (1982) e *Esaú e Jacó* (1904) aparecem personagens que praticavam esse espiritismo mais popular. Em *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), um morto-médium que vem relatar a sua vida. *Memórias* é visto como uma das obras em que mais se enxerga essa ligação de Machado e o que ele entendia de espiritismo. Brás Cubas, mais do que um morto que fala, surge como um médium do mundo dos mortos, tanto que o “subtítulo” da obra é “obra de finado, ditado do outro lado do mistério”. Brás Cubas volta para nos contar como vivem os mortos, que por sinal era o tipo de comunicação espírita mais comum nessa época.

Chegando ao crepúsculo da vida, Machado foi contendo mais a pena e o que dizia sobre os espíritas. Ele que tinha recomendado em artigos de jornal que o espiritismo era caso para a polícia, e sugerido em seus contos que todo aquele que mexesse com a doutrina ficava louco no final, com a morte de sua esposa Machado teria experimentado sentimentos que o levaram a uma apreciação diferente do que vinha defendendo. O que vemos aí é um Machado mais respeitoso. Como o conselheiro Aires, ele aprendia a ser tolerante e respeitar todas as crenças deste mundo. Com a morte de Carolina, em 1904, começa a aumentar em Machado uma certeza da sobrevivência da alma. Em carta a Joaquim Nabuco ele afirma que “Tudo me lembra a minha meiga Carolina. Como estou à beira do eterno aposento, não gastarei muito tempo em recordá-la. Irei vê-la, ela me esperará” (ASSIS, 1944). Como se vê, depois de anos de contato e lutas, o espiritismo havia, de certa maneira, penetrado em Machado, como em suas obras, em um desfecho – bem ao seu gosto – de suprema ironia: ajudando-lhe a lidar com a perda de um ente amado.

Em linhas gerais, esse foi o contato do Espiritismo com alguns membros da nossa *intelligentsia*, que por sua vez, ajudavam a construir não só a nossa ideia de nação, mas também formavam todo o nosso imaginário e a nossa maneira de nos percebermos. Esses são apenas alguns dos nomes que se relacionaram de maneira mais direta com o espiritismo. Poderíamos falar também de autores como Coelho Neto, Arthur Azevedo, Leôncio Correia, Carlos de Laet, João do Rio, enfim, tantos outros que apenas retrataram um panorama comum a todos: o assombro que o espiritismo causou ao aqui chegar. Todos queriam comentar, combater, defender ou simplesmente falar algo a respeito dessa singular doutrina. Era um Machado que ironizava, um órgão da imprensa que alertava para os

loucos espíritas ou um político de renome que assustava a todos com sua recente conversão²¹.

Seja na literatura, na imprensa ou na vida pública, o espiritismo ia ganhando visibilidade, o que ajudava em seu crescimento. O que parecia ser moda passageira acabou ficando e hoje comemora seus centenários. Os intelectuais acabaram contribuindo para que o espiritismo se mantivesse vivo, aguçando, muitas vezes sem querer, a curiosidade dos seus leitores. Alguns acabavam gostando e ficando. E certo é que ao receberem o espiritismo, não só os intelectuais, mas vários setores da sociedade brasileira acabaram o incorporando às suas vidas. A profundidade dessa influência e suas reais consequências são eventos que ainda estão sendo levantados, estando longe ainda de uma palavra final.

4 CONCLUSÃO

O espiritismo forneceu um terreno comum e serviu de ponto de encontro para as várias vanguardas do país: positivistas, abolicionistas, republicanos, neoespiritualistas, maçons, etc., são alguns dos grupos que compunham as lides espiritistas e que dele se valeram para avançar suas ideias ou buscar um suporte ideológico sem abandonar, todavia, um certo deísmo originário ou vinculações de base mais “metafísica”. Em suma, e o que não é nenhuma fonte de espanto: entre as mentes que ajudaram a introduzir as transformações no pensamento humano no século XIX, existiam pessoas que lutavam para implementar as mudanças sociais que eles e elas eram, diga-se, vetores. Contudo, e ao mesmo tempo, queriam tudo isso sem abrir mão da sua fé. Dessa forma, o espiritismo cumpria uma função importante ao fornecer uma doutrina que, pelo menos, tentava levar em conta o contexto no qual se inseria, e por isso serviu, como afirmamos, como um centro de convergência para as mais variadas vanguardas.

No Brasil não foi diferente, e a partir do momento que o espiritismo começou a chegar no país começou também sua relação com a realidade brasileira e as lutas do período. Abolicionismo e outras questões sociais brasileiras foram influenciadas por espíritas e pelo próprio movimento espírita, em sua luta por sobreviver no país. Destarte, o espiritismo e Brasil se beneficiaram do contato mútuo: o movimento espírita forneceu guarida, além de

²¹ É o caso de Bezerra de Menezes. O próprio Machado, quando soube da conversão, escreveu nota em jornal escarnecendo da decisão do então ilustre deputado. Detalhes: MACHADO, *Op. Cit.*

ter sido base doutrinária para alguns movimentos de vanguarda brasileiros, como o abolicionismo, contribuindo assim na fisionomia do que veio a se chamar nossa “modernidade”. O espiritismo e os espíritas retiraram do Brasil perspectivas novas que ajudaram a sua sobrevivência e posterior crescimento, além de contarem com a ajuda de indivíduos, como é o caso de Bezerra de Menezes, que ajudaram a redefinir os rumos espíritas, traçando um futuro que é o atual presente do movimento espírita não só brasileiro, mas mundial: as “orientações pelo evangelho”, onde o espiritismo assumiu de maneira definitiva sua vocação enquanto doutrina religiosa. No meio desse diálogo, um país, ou melhor – e em termo da época –, uma nação em construção.

REFERÊNCIAS

ABREU, Silvino Canuto. **Bezerra de Menezes: Subsídios para a História do Espiritismo no Brasil até o ano de 1895**. 6ª ed. São Paulo: FEESP, 2001.

ANJOS, Luciano dos. **O Atalho: Análise Crítica do Movimento Espírita**. Niterói: Publicações Lachâtre, 1994.

ASSIS, Machado. **Correspondência**. Rio de Janeiro: W.M. Jackson, 1944.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto No. 847, de 11 de outubro de 1890. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 agosto 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao91.htm. Acesso em: 12 de agosto 2017.

CARNEIRO, Altamirando. **Castro Alves e o Espiritismo**. São Paulo: FEESP, 1993.

DIONISI, Fabio Alessio Romano. **A História do Espiritismo: Da França de Kardec ao Brasil de Chico**. Riberão Pires: Dionisi, 2013.

FERNANDES, José Carlos. O passado perdido do espiritismo. In: **Gazeta do Povo**, Vida e Cidadania, 2012. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/o-passado-perdido-do-espiritismo-24qi6n5wurtw4qvhgqatmxa/>. Acesso em: 05 jan. 2018.

GIUMBELLI, Emerson. O “baixo espiritismo” e a história dos cultos mediúnicos. **Horizontes Antropológicos**, n. 19, p. 247–281, 2003.

HESS, David. **Spirits and Scientists: Ideology, Spiritism and Brazilian Culture**. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 1991.

HOLANDA, Sérgio Buarque. O Brasil Monárquico: do Império À República. *In*: HOLANDA, S. B. (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. 11ª ed. Tomo 2, Vol. 7, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

KARDEC, Allan. **O Livro dos Espíritos**. Rio de Janeiro: FEB, 1998.

KLEIN FILHO, Luciano. **Bezerra de Menezes: Fatos e Documentos**. Niterói: Lachâtre, 2000.

LEWGOY, Bernardo. Uma religião em trânsito: o papel das lideranças brasileiras na formação de redes espíritas transnacionais. **Ciências Sociais e Religião**, n. 14, p. 93–117, 2011.

LEYMARIE, Madame P-G. **Processo dos Espíritas**. Rio de Janeiro: FEB, 1975.

MACHADO, Ubiratan. **Os Intelectuais e o Espiritismo**. Niterói: Publicações Lachâtre, 1996.

MAIOR, Marcel Souto. **As Vidas de Chico Xavier**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

MENEZES, Bezerra. **Discursos Parlamentares**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1986.

MENEZES, Bezerra. **A Escravidão no Brasil e as Medidas que Convem Tomar Para Extingui-la Sem Damno para a Nação**. Rio de Janeiro: Typografia Progresso, 1869.

PUGLIESE, Adilton. Luís Olímpio Teles de Menezes. **Revista Reformador**, FEB, setembro, p. 32-34, 2010.

ROMERO, Sylvio. **Outros Estudos de Litteratura Contemporanea**. Lisboa: Typographia da “A Editora”, 1906.

VELOSO, Mariza; MADEIRA, Angélica. **Leituras Brasileiras: Itinerários no Pensamento Social e na Literatura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

WANTUIL, Zêus. **As Mesas Girantes e o Espiritismo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FEB, 1994.

WANTUIL, Zêus. **Grandes Espíritas do Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FEB, 1990.

XAVIER, Francisco Cândido (Emmanuel). **Religião dos Espíritos**. São Paulo: Luz Espírita, 2016.

XAVIER, Francisco Cândido (Humberto de Campos). **Brasil: Coração do Mundo Pátria do Evangelho**. 12ª ed. Rio de Janeiro: FEB, 1979.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

“AS ALMAS DA NAÇÃO”: O ESPIRITISMO, A GERAÇÃO DE 1870 E AS “QUESTÕES SOCIAIS” NA PASSAGEM DO IMPÉRIO PARA A REPÚBLICA NO BRASIL.

Paulo da Conceição

Doutorando em Sociologia


Universidade de Brasília, Departamento de Sociologia, Brasília, Brasil

Doutorando em História

Universidade de Lisboa, PIUDHist (Programa Interuniversitário de Doutoramento em História)

Lisboa, Portugal.

pacefern@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-2025-7746>

AGRADECIMENTOS

À Jayane Maia que auxiliou na revisão desse manuscrito.

LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Em Tese** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional \(CC BY\)](#). Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

HISTÓRICO

Recebido em: 01/05/2023

Aprovado em: 17/08/2023

